

## RELATO DE EXPERIÊNCIA: UMA FORMA DE ABORDAR A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA EM SALA DE AULA<sup>1</sup>

Aline Ferreira ANTUNES<sup>2</sup>  
Marcelo Lapuente MAHL<sup>3</sup>  
Lidiane Maria FÁVERO<sup>4</sup>  
Emerson Benedito FERREIRA<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente texto se constitui em um relato de experiência docente o qual retrata uma atividade desenvolvida com estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual de Minas Gerais no ano de 2016, procurando atrelar a prática desta docência na área de história com as teorias discutidas ao longo da disciplina de mestrado “Estudos alternativos em História e Cultura”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS/UFU), além de aprofundar e aproveitar as leituras e aprendizados desenvolvidos ao longo do curso de Especialização na Faculdade São Luis na modalidade de ensino EaD.

**Palavras-chave:** Atividade docente, II Reinado (1840-1889), escravidão, teorias raciais.

### 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho retrata um relato de experiência docente na rede pública de ensino no município de Uberlândia atrelada a discussões teóricas, sobretudo da área de História, acerca do Brasil Império, mais precisamente a escravidão e as heranças deixadas para a sociedade brasileira atual.

O caminho traçado no texto apresenta primeiramente a escola na qual foi desenvolvida a atividade docente, o tema que foi trabalhado com as duas turmas de 8º ano, bem como as turmas e o conteúdo, para posteriormente relatar como se deu a preparação da atividade, em qual momento da disciplina de História ela foi trabalhada e quais os resultados obtidos a partir da prática da mesma.

---

<sup>1</sup> O presente texto (com pequenas modificações) é o resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luis (FESL) pela primeira autora, exigido para a obtenção do título de especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia.

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda em História.

<sup>3</sup> Doutor em História pela UNESP. Professor Doutor da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela UNIFRAN (Universidade de Franca). Especialista em Educação Infantil pela FELS.

<sup>5</sup> Doutorando em Educação pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) – Bolsista CNPq.

Compreendemos ser necessário abordar, concomitantemente, discussões teóricas acerca do tema, que foi parte da disciplina ‘Estudos Alternativos em História e Cultura’, presente na grade curricular do curso de mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS/INHIS/UFU), bem como um profundo aproveitamento das disciplinas cursadas ao longo da Especialização EaD oferecida pela Faculdade de Educação São Luis com foco em História e Geografia.

Partimos do princípio que as disciplinas de História e Geografia são de suma importância para a formação ampla, compromissada, ética e cidadã de estudantes da educação básica (conforme já indicado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s)<sup>6</sup>. Em um momento histórico de retrocesso pelo qual passamos no país, correndo risco de termos disciplinas como estas reduzidas ou retiradas do currículo do Ensino Médio<sup>7</sup>, torna-se ainda mais importante trabalhos como este que divulgam a relevância da docência na área de História e as possibilidades reais de uma educação de qualidade e, de fato, cidadã; discussão esta, muito presente na disciplina de “Fundamentos teóricos e práticos do Ensino de História”, presente na grade curricular da especialização.

O tema do trabalho desenvolvido com os estudantes da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves no município de Uberlândia, foi acerca da escravidão no Brasil e o movimento abolicionista no II Reinado (D. Pedro II) abrangendo os anos de 1840 (golpe da maioria) e 1888 (Assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel).

A escola contava com estudantes de Ensino Fundamental I e II. As turmas nas quais foram trabalhados o tema, possuíam estudantes de 13 à 15 anos<sup>8</sup> que tinham acesso, em sua maioria, à televisão e internet como fontes de informação. O bairro no qual se localiza a escola é de classe média, e atende famílias da redondeza (Marta Helena, Liberdade, Bairro Brasil) com mais acesso a informações, com uma renda o suficiente para proporcionar materiais de qualidade tais como livros paradidáticos aos alunos.

O fato de a escola ser de Ensino fundamental e contar com dez salas acrescida de uma que atende o Tempo Integral (com alunas e alunos do 2º ano do ensino fundamental), ter uma gestão pedagógica atuante (diretora, vice e supervisoras), ser organizada em termos disciplinares e pedagógicos, propicia ao corpo docente melhores condições de trabalho: sala

---

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

<sup>7</sup> No site oficial da Anpuh – Associação Nacional dos Professores Universitários de História, há vários artigos sobre o tema, inclusive uma nota de repúdio encaminhada as autoridades, posicionando-se contra a reforma proposta. Site para maiores informações: <http://site.anpuh.org/>.

<sup>8</sup> De acordo com questionário aplicado em sala de aula no início do ano letivo pela professora com a finalidade de conhecer as turmas.

de informática com internet, data show, som e quadro branco; todas as salas equipadas com quadro branco; materiais pedagógicos e materiais lúdicos; reuniões bimestrais entre o corpo docente; oferecimento de um curso de formação em Yoga e Meditação em parceria com a UFU pela PROEX (Pró-reitoria de Extensão); organização metodológica, planejamentos, avaliações padronizadas; entre outras características que oferecem aos docentes apoio, liberdade de desenvolver trabalhos diversos, sugestões e recursos (pedagógico, financeiro e material). Essas características da escola são importantes de serem destacadas, pois não é todo e qualquer espaço escolar que proporciona aos docentes condições de trabalho como tais, e as atividades desenvolvidas com os dois 8ºs anos só se tornaram possíveis dada essas características da escola e da gestão, de ser aberta às possibilidades e de oferecer apoio didático e metodológico necessário a professores/as.

Nas disciplinas “Formação docente para a diversidade” e “Legislação educacional”, do curso de especialização, vimos a importância dos documentos jurídicos e dos planejamentos feitos coletivamente (tais como o Projeto Político Pedagógico - PPP) para a prática docente e a construção de uma escola que exerça de fato uma formação compromissada com os/as estudantes. De acordo com os documentos jurídicos, PCN’S e CBC-MG – Currículo Básico Comum<sup>9</sup>, em consonância com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional<sup>10</sup>, para os 8ºs anos é necessário uma abordagem em torno do tema “Africanos no Brasil: dominação e resistência” procurando destacar se havia escravidão na África antes da colonização dos europeus, como se deu a guerra, escravidão e o tráfico Atlântico, e, a resistência africana já no novo mundo, pensando o trabalho escravo e o tráfico negreiro, para por fim, chegar à abolição da escravidão.

Diante disto, foi trabalhado durante um mês o tema II Reinado no Brasil, desde o Golpe da Maioridade (1840) que marca o início do reinado de D. Pedro II, passando pelas características políticas de luta entre partidos como o Saquarema e os Luzias, econômicas (expansão do café, da malha ferroviária), sociais e culturais, por meio de aulas dialogadas e expositivas, para posteriormente, em aulas específicas para tal, tratar do tema do processo de abolição da escravidão: o processo legislativo (as leis: Bill Aberdeen, Saraiva-Cotegipe, do Ventre Livre, Áurea 1888), a situação dos negros no país no II Reinado e a atuação dos grupos que participaram do processo de abolição, bem como as teorias científicas que

---

<sup>9</sup> SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Proposta curricular de História: ensino fundamental. CBC de História. Belo Horizonte, 2015.

<sup>10</sup> BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

sustentaram o escravismo no país e as implicações da mudança de mão de obra nas lavouras de café – o que possibilitou um link com o tema da unidade seguinte: a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil ao longo do século XIX.

Para encerrar o bimestre e também o conteúdo do II Reinado e da escravidão, foi desenvolvido um trabalho em grupo cujo tema era “*A relação passado presente através de documentos históricos –os/as negros/as no/do Brasil*” de criação e planejamento próprios. Os objetivos do trabalho proposto para ser desenvolvido com os 8ºs anos eram: de ser realizado em equipe, comparar diferentes culturas e reconhecerem-se como sujeitos históricos a partir da formação do estado nacional brasileiro no século XIX, por meio de um posicionamento crítico sobre o sistema escravista, procurando valorizar as formas de resistência (quilombos, sincretismo religioso), o papel dos africanos e seus descendentes como sujeitos históricos que imprimiram marcas próprias à cultura brasileira, bem como as situações diversas de racismo e preconceito presentes no Brasil atual, resultado do escravismo e das relações étnicas estabelecidas desde o século XVIII/XIX.

## **2 II REINADO, ESCRAVIDÃO, RACISMO E TEORIAS RACIAIS**

A disciplina do mestrado Estudos Alternativos em História e Cultura em muito contribuiu para o preparo para as aulas na Escola Tancredo Neves sobre o tema da escravidão e as teorias científicas que a sustentaram. Por outro lado, o curso de especialização em História e Geografia, posterior ao trabalho desenvolvido, contribuiu principalmente para a elaboração deste artigo, propiciando uma divulgação do trabalho docente, bem como uma auto-avaliação do que foi desenvolvido e dos resultados obtidos.

A disciplina do mestrado foi dividida em duas partes: na primeira foi apresentada a teoria em torno do processo de abolição da escravidão nas Américas e posteriormente no Brasil, ao longo do período imperial, (mais especificamente nos anos de D. Pedro II 1840-1889); e a segunda parte, destinada às discussões acerca da ideologia racial por trás da escravidão, isto é, pensar sobre a construção das teorias raciais nas Américas e especificamente no Brasil, destacando as teorias de Charles Darwin e sua apropriação para a formulação do Darwinismo Social<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> “A teoria denominada “darwinismo social” é um nome moderno dado a diversos pensamentos que surgiram na América do Norte e na Europa, sobretudo na década de 1870. A tese representava uma tentativa de aplicar os conceitos elaborados pelo britânico Charles Darwin (nas ciências naturais) às sociedades humanas. Assim, os formuladores usam os conceitos de luta pela existência e a sobrevivência dos mais aptos para justificar a divisão

A partir dos estudos, partiu-se do primeiro ponto que seria a escrita (e a pesquisa) histórica acerca da escravidão no Brasil, o que possibilita perceber que houve uma reescrita da historiografia brasileira acerca do tema da escravidão por influência de três escolas: *Annales*, marxista (Thompson e Stuart Hall) e uma dupla vertente da historiografia estadunidense: uma marxista e outra de pesquisa demográfica sobre a escravidão brasileira. Além disto, os estudos comparativos, hoje bastante comuns, também contribuíram para tal. Esta reescrita já está presente nas salas de aula quando os professores se dispõem a discutir o tema com base em materiais além do Livro didático.

A discussão teórica da disciplina em muito contribuiu para as aulas ministradas na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, sobretudo por se tratar, o 8º ano, de uma série dedicada, na História, ao estudo da formação da identidade nacional brasileira ao longo do século XIX. Nisto, estão inseridas, por exemplo, discussões acerca da cidadania e de quem era/foi considerado cidadão: “critérios não raciais definiram a concepção liberal da cidadania nessa primeira experiência parlamentar portuguesa: ela deveria ser estendida a todos os homens livres, produtivos e já inseridos na gestão dos negócios públicos” (BERBEL, 2010, p. 163), portanto, a partir disto:

A definição do português/cidadão foi inclusiva em vários sentidos porque pretendeu soldar fissuras de uma identidade já fortemente questionada. Afirmou-se, então, a identidade entre todos os portugueses no direito à cidadania; afirmou-se a igualdade dos habitantes de ‘ambos hemisférios’, e, finalmente, afirmaram-se a identidade e a possível igualdade de portugueses de muitas cores. (BERBEL, 2010, p. 163).

Entretanto, nesta definição, não cabiam os negros recém libertos, “os deputados que apoiaram a nova emenda utilizaram os mesmos argumentos anteriormente esgrimidos, sobretudo o fato de os escravos não fazerem parte do pacto social que instituía a sociedade brasileira” (BERBEL, 2010, p. 165).

Outra questão muito discutida em sala de aula com os/as estudantes do 8º ano foi sobre o tráfico negreiro, que se organizou no Brasil como algo extremamente racional, com registros minuciosos. Existiram formas abertamente racistas de legitimação do cativo, por vezes cientificamente pautadas. E quando as justificativas religiosas e filosóficas foram questionadas e perderam força, o Darwinismo Social toma força.

Um primeiro tema no que se refere à organização do Brasil Império (1840-1889) aborda as relações políticas entre os partidos e a “máxima” “*nada tão parecido com um luzia*

---

entre governos de povos ‘superiores’ e ‘inferiores’ em relação ao desenvolvimento político e econômico” (ON LINE EDITORA, 2017, p.62)

que um saquarema no poder”, ainda presente nos livros didáticos, precisa ser rediscutida em sala de aula pois obscurece as diferenças, as distinções internas dos partidos, homogeneiza o que é heterogêneo, inclusive atrapalha a perceber os caminhos traçados pelos partidos, o processo histórico até mesmo por trás dos nomes de cada um. Segundo o autor Ilmar R. Mattos (1987),

O que os depoimentos de luzias e saquaremas nos permitem perceber, de imediato, é que dos inúmeros movimentos que abalaram o Império do Brasil, [...] participaram tanto ‘proprietários, capitalistas, pais de família’, quanto ‘uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma’, além de ‘nuvens de nagôs e minas’ [...] movidos por razões diversas e perseguindo objetivos distintos (...). (p. 111).

Para Sidney Chalhoub (2012), a escravidão no Brasil do século XIX foi enraizada na cultura o que a naturalizou e normatizou. Com isto a liberdade se tornou algo duvidoso, suspeito. Precisou-se construir uma engrenagem para tornar invisível essa ilegalidade da escravidão e, portanto os próprios escravos. Enquanto o Estado era conivente com a classe senhorial e os tráficos ilegais.

A escravidão se mantém no Brasil por tantos anos por diversos motivos e não somente porque os escravos não lutaram ou porque o povo assistia bestializado. Essa é uma leitura simplista ainda presente nos estudos deste período. As engrenagens do escravismo eram muitas, as variáveis também. Além disto, o fato de a liberdade ser vista como ociosidade, foi criticada pelos estudantes, fazendo um paralelo com os dias atuais da seguinte maneira: “hoje o negro que estiver parado na rua, é suspeito!”<sup>12</sup>.

Algo que é complexo de explicar para estudantes de 13/14 anos é que a escravidão produziu uma maneira de distinção racial: negros eram escravos; e também uma classificação concomitantemente racial, social e econômica. Porém, com a liberdade há um problema social: qual seria a classificação a partir de 1888? Principalmente com ex-escravos não reconhecidos como libertos, como cidadãos e não incorporados à sociedade brasileira. Esta é uma das causas para o preconceito, ou a distinção pejorativa dos negros no Brasil do século XX e conseqüentemente do XXI. Pois não foi com o ato político (assinatura da lei Áurea) que se encerrou uma mentalidade.

Três fenômenos se constituem em um mesmo período e se mantêm até hoje, no século XIX: **raça, classe social e nação**. Isto foi o cerne da disciplina de mestrado, o que se procurou abordar, e também de todo o conteúdo do 8º ano que versa sobre a formação do

---

<sup>12</sup> Fala de um dos integrantes do grupo 4 (Leyber, Vinícius, Maksuel, Wellington) do 8º ano 2, quando apresentavam o trabalho do 4º bimestre em formato de teatro.

Brasil no século XIX desde a vinda da família real (1808) até a proclamação da República (1889), ou seja, a construção de um projeto de Brasil pautado nas questões raciais.

Muitos afirmaram que o problema do Brasil foi a miscigenação – daí “teorias de branqueamento” – também tema do 8º ano – aparecerem naquele mesmo período em que haviam discussões pró abolição. Isto foi um dado que provocou a indignação dos/as estudantes, por perceberem que a ciência foi utilizada para justificar atitudes que hoje são infundadas e injustificáveis. Além disto, com base no discurso científico, tivemos a criação de um país racista, preconceituoso e que age contra a população negra.

Se olharmos o mapa da violência de 2016<sup>13</sup> comprovaremos que, neste país, “um indivíduo afrodescendente possui probabilidade maior de sofrer homicídio no Brasil, quando comparado a outros indivíduos” e que os jovens são os principais alvos.<sup>14</sup> Em recente notícia publicada pelo IBGE, temos que atualmente o índice de desemprego (referente à 2016) no Brasil foi pior para negros, jovens e para as mulheres.

Segundo Rodrigo Leandro de Moura, em reportagem do IHU, **20%** da causa da morte de negros” pode ser atribuída a “questões socioeconômicas”, como diferenças em relação a emprego, moradia, estudo e renda do trabalhador. E os outros **80%**, podem ser explicados por uma “variável socioeconômica que não observamos, mas, apesar de não conseguirmos imaginar qual seja, pensamos que um componente importante para explicar esse dado seja o racismo”.

Para ele, o que reforça a tese de racismo é que as características socioeconômicas podem ser afetadas por ele. Então, por exemplo, o negro sofre discriminação no mercado de trabalho, pode ter mais dificuldade de ter acesso a postos de trabalho qualificados, pode sofrer bloqueio de oportunidades de seu crescimento profissional e também pode ter o que chamamos de desigualdade de oportunidades e, por causa disso, sofrer tratamento desigual no que se refere às oportunidades no mercado de trabalho<sup>15</sup>.

Pelas tabelas disponíveis no Atlas da violência, a quantidade de negros jovens do sexo masculino é maior:

---

<sup>13</sup> Os dados apresentados no Atlas da Violência também foram apresentados em sala de aula para os estudantes.

<sup>14</sup> [http://infobucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2016/03/22/atlas\\_da\\_violencia\\_2016.pdf](http://infobucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2016/03/22/atlas_da_violencia_2016.pdf). Acesso em 23 nov. 2016.

<sup>15</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/526138-racismo-explica-80-das-causas-de-morte-de-negros-no-pais-entrevista-especial-com-rodri-go-leandro-de-moura>. Acesso em 23 nov. 2016.

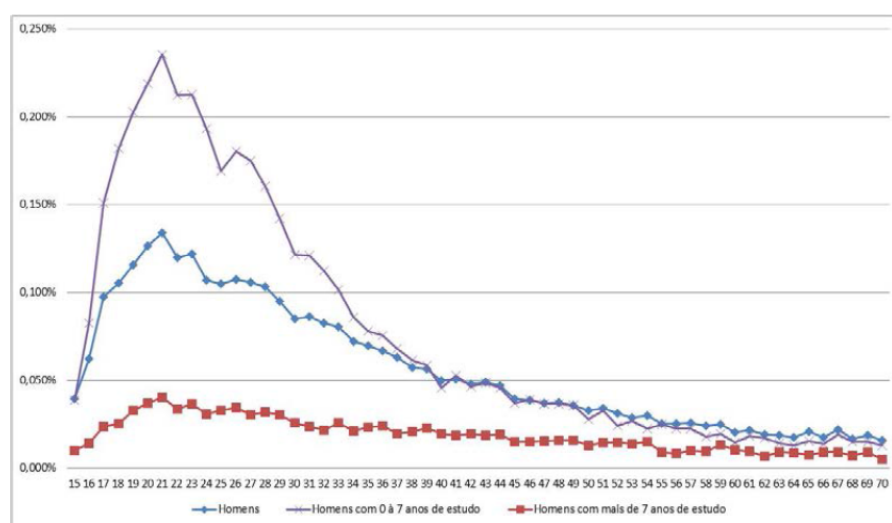
**Tabela 1** - proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil, 2014.

	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	Total
Masculino	17,3%	53,0%	49,0%	40,7%	31,7%	21,0%	12,8%	7,2%	4,4%	2,3%	1,3%	0,9%	7,9%
Feminino	8,6%	14,8%	14,0%	12,3%	8,1%	4,8%	2,9%	1,7%	0,7%	0,5%	0,2%	0,1%	0,9%
Total	14,0%	46,2%	43,2%	34,7%	25,7%	16,1%	9,5%	5,3%	3,1%	1,6%	0,9%	0,6%	4,9%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. \*Considerando as agressões e intervenções legais. Não se levou em conta os óbitos com características ignoradas. Elaboração Diest/IPEA. Nota: Dados de 2014 são preliminares.

**Fonte:** Atlas da violência, p. 6.

**Gráfico 1** - sobre a probabilidade de ser vítima de homicídio por idade, segundo o grau de escolaridade.



**Fonte:** Cerqueira e Coelho (2015) apud Atlas da violência, p. 21.

Ou seja, a educação é um fator determinante, se observar que há uma diferença de mais de 100% no índice de mortes por nível de educação. Quanto menor o acesso à educação, maior a probabilidade de morrerem.

Sobre a região de Uberlândia, o Atlas da violência traz que a taxa de homicídio é de aproximadamente 24.

**Tabela 2** – taxa de homicídio por região

UNIDADE FEDERATIVA	MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO (2014)	TAXA DE HOMICÍDIO (2014)
Minas Gerais	Uberlândia	882384	24,37

**Fonte:** IBGE/Diretoria de Pesquisas. Apud Atlas da violência, p. 54.



Ainda sobre a questão racial e as teorias que a sustentam, discutimos na disciplina de Estudos Alternativos em História e Cultura acerca da trajetória da cientificidade do racismo, da escravidão e das diferenças raciais-sociais, Roberto Ventura, em *Estilo tropical* (1991), apresenta uma discussão interessante sobre a trajetória destas teorias.

O direito de escravidão deriva, para o filósofo [Montesquieu], do desprezo de uma nação por outra, em que a diferença de costumes é interpretada como indício de inferioridade humana ou social. A religião é outra justificativa histórica, capaz de encorajar os ‘destruidores da América’ em seus crimes (...) (p. 20).

Depois, a formação da antropologia, uma ciência nova, “esteve ligada à expansão colonial européia e à difusão de uma ideologia civilizatória, cujo discurso ordenou os povos e raças, atribuindo-lhes um lugar e um papel na história humana.” (VENTURA, 1991, p. 23). Além disto, no século XIX, a oposição entre Europa e América foi decisiva para a formação da consciência moderna, em que ideias centrais, como o progresso e a superioridade da civilização, adquiriram evidência na figura história do *selvagem* de além-mar. (VENTURA, 1991, p. 24, grifo do autor).

Antes das teorias raciais, a origem delas foi com o pensamento Darwinista e com apropriações, a nosso ver, errôneas da teoria da evolução, que movimentos como o positivista e o Darwinista Social se pautaram.

Charles Robert Darwin nasceu no ano de 1809 e teve sua importância principalmente biológica, pois revolucionou a Inglaterra ao apresentar sua tese sobre a evolução das espécies. Partiu a bordo do navio *Beagle* em 27 de dezembro de 1831, para dar a volta ao mundo em uma viagem que durou cinco anos. Em novembro de 1859 Darwin publicou seu mais famoso livro: *A origem das espécies através da seleção natural*, que buscava explicar o surgimento do ser humano.

Resumindo a teoria de Darwin por meio da fala do personagem Alberto Knox do *Mundo de Sofia* (2009), que também foi utilizado em sala de aula com os/as estudantes, temos:

As variações entre indivíduos de uma mesma espécie e as elevadas taxas de nascimento constituem a matéria prima para a evolução da vida na Terra. A seleção natural é responsável pela sobrevivência dos mais desenvolvidos ou dos que mais se adaptam ao seu meio (GAARDER, 2009, p. 443).

Muitas críticas foram feitas à teoria de Darwin e ao próprio cientista. Porém, a evolução das espécies pela seleção natural também produziu desdobramentos, por mais que não estivessem previstos na “Origem das espécies” e que não fossem aceitos pelo próprio cientista. Uma das decorrências de seu estudo foi o Darwinismo Social.

Contemporaneamente às discussões de Darwin, surge a primeira corrente de pensamento sociológico - o positivismo -, cujo principal sistematizador foi August Comte (1798-1857) e tal movimento foi influenciado pela física. Esta corrente de pensamento difundia a ideia de que a sociedade era um organismo formado por vários órgãos (instituições) e células (indivíduos), por isso ficou conhecida também como organicismo, corrente retomada mais tarde por Herbert Spencer (1820-1903).

O positivismo surge em um período histórico no qual a Europa passava de sociedade feudal para capitalista estruturada sobre a indústria e baseada nos ideais burgueses e liberais. Neste sentido, as ideias de Charles Darwin muito contribuíram para uma sistematização de teorias que defendessem, por exemplo, o colonialismo, e posteriormente o imperialismo, na África e América. Deste modo, alguns pensadores deram origem ao Darwinismo Social que buscava explicar a ordem da Evolução Social de acordo com as leis que explicariam o desenvolvimento do homem e, portanto justificando inclusive a escravidão que perdurou no Brasil durante tantos anos.

As duas vertentes, ‘Positivista’ e ‘Darwinista’ foram utilizadas (e o são até hoje, conforme os próprios estudantes destacaram quando trabalharam o racismo presente na sociedade brasileira atual) para manter a ordem social e conterem reivindicações sociais. A teoria Darwinista Social foi criada contra a vontade de Darwin e buscava justificar a exploração de outros continentes, que não fosse o Europeu, pois este já alcançara o “ápice” da Evolução e agora era incumbido de uma missão civilizadora.

Para Darwin os indivíduos aperfeiçoaram-se através da seleção natural a fim de garantirem a sobrevivência (pela espécie mais apta). Tal teoria foi transposta para a sociedade explicando o que é chamado de Darwinismo Social: determinado grupo de seres humanos deverá evoluir de um estado inferior para um superior garantindo a sobrevivência da espécie e a hereditariedade de características adquiridas. Porém essa teoria foi alvo de muitas críticas:

✓ de que a teoria da Seleção Natural só é aplicada a espécies cujo comportamento se baseia nas leis imperativas da natureza; o ser humano não está imune à seleção natural (estamos em constante evolução) e ela pode ser verificada em longo prazo (e não curto).

✓ o Darwinismo foi aplicado de tal forma que passou a ser a base, o princípio das atitudes preconceituosas e racistas do século XX e XXI. A exemplo disto temos a escravidão no novo mundo, movimentos de *Apartheid* e da KKK (KuKluxKlan), racismos cibernéticos, ofensivas diretas.

Hoje podemos dizer que a regra do Darwinismo social da competitividade e da sobrevivência do mais desenvolvido/evoluído e mais apto/mais preparado para o meio está presente em muitas situações, dentre as quais é possível destacar as leis de mercado, as atitudes racistas cotidianas e até mesmo propagandas atuais que lançam mão de slogans racistas<sup>16</sup>.

Dito isto, acreditamos que restou explicitado quais conteúdos e como a teoria esteve presente no preparo das aulas para a educação básica sobre o tema da escravidão – sobre suas origens e consequências. Assim, passamos à descrição e apontamentos sobre a atividade desenvolvida em grupo com os estudantes ao longo das aulas de História.

### **3 “A RELAÇÃO PASSADO-PRESENTE ATRAVÉS DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS – OS NEGROS NO/DO BRASIL” – DESCRIÇÃO, AUTO AVALIAÇÃO E REFLEXOS SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO COM ESTUDANTES DO 8º ANO**

A atividade proposta consistia em dividir as turmas em sete grupos e cada um deles deveria se empenhar em analisar determinado documento escolhido pela professora, quais sejam: músicas juntamente com os *clips* oficiais: ‘Boa esperança’ (Emicida, 2015), ‘Todo camburão tem um pouco de navio negreiro’ (O Rappa, 1994), ‘O Haiti é aqui’ (Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1993, disco *Tropicália 2*) e por último, ‘Negro Drama’ (Racionais, 2002); o poema *Navio Nегreiro* (Castro Alves, 1868); o filme *Doze anos de escravidão* (Steve Mcqueen, 2013) e por fim, imagens racistas (fotografias, propagandas e reportagens sobre elas) no Brasil atual.

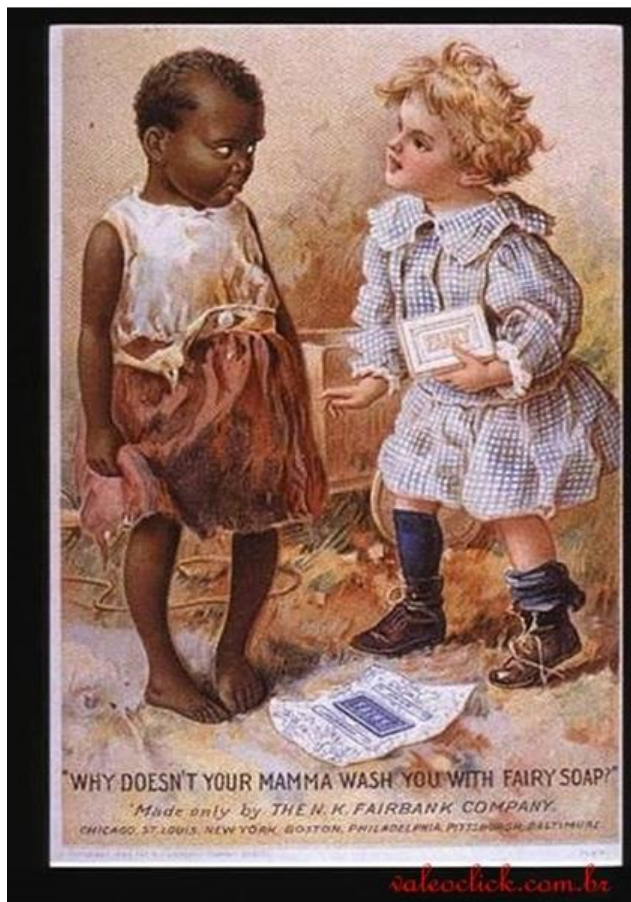
Dentre as imagens selecionadas para os grupos tivemos<sup>17</sup>:

---

<sup>16</sup> Acerca do tema neodarwinismo, houve um contato da pesquisadora Aline Ferreira Antunes no ano de 2009 com o texto do professor Dr. Kerr (Warwich Estevam) *Religião e ciência: confronto ou conciliação. Há conciliação com a teoria da Evolução?* Além disto, no mesmo ano, a mesma pesquisadora desenvolveu um trabalho de pesquisa e escrita acerca do tema Darwinismo social e mercado de trabalho para a disciplina de sociologia, bem como, e participou de uma palestra sobre a trajetória de Darwin e como suas teorias foram apropriadas por outras ciências, como por exemplo, a sociologia. Tudo isto contribuiu inclusive para o enriquecimento das discussões na disciplina e também na escola, com os estudantes.

<sup>17</sup> É importante afirmar que o objetivo do presente texto não é problematizar estes documentos, mas sim apresentar o trabalho desenvolvido na educação básica o qual consistia na análise destes documentos históricos por parte dos/das estudantes.

**Figura 1** – propaganda racista da Fairy Soap.



**Fonte:** New York, 1893. (Card 13 x9 cm) American Boadsides and ephemera. Series 1. N. 29523. N. K. Fairbank company corporate author, Chicago.

**Figura 2** – Propaganda da cerveja Devassa, de 2010/11.



**Fonte:** <https://mamapress.files.wordpress.com/2012/03/mulhernegradevassa.jpg>. Acesso 01 dez. 2016.

Figura 3 – anúncio da esponja de aço “Krespinha” de 1952, com uma mascote negra.



Fonte:

L0Eo/UfrP9cCPOgI/AAAAAAAWgc/BOzf40j\_40g/w1200-h630-p-nu/Krespinha+esponja+de+a%C3%A7o+1952.jpg. Acesso 01 dez. 2016.

<http://4.bp.blogspot.com/-W8FBHS->

Figura 4 – atriz Taís Araújo é vítima de racismo no facebook.



Fonte: <http://static.globalnoticias.pt/storage/DN/2015/medium/ng5044800.jpg>. Acesso em 01 dez. 2016.

**Figura 5** –A jornalista Maria Júlia é vítima de racismo no facebook.



**Fonte:** <https://i1.wp.com/famososnaweb.com/wp-content/uploads/2015/07/Racismo-Maria-julia.jpg>.  
Aceso em 01 dez. 2016.

As perguntas para cada grupo eram as mesmas, porém com algumas variações para se adequar ao documento selecionado para análise. Quais sejam:

1. Análise do documento histórico:  
Quem produziu? Quando? Por quê? Para quê?
2. Qual a crítica social presente no documento?
3. Qual a relação passado-presente que podemos destacar? → A quem remete o documento em questão no passado e no presente? Quais as referências que o grupo pode destacar?
4. O que o grupo pode ter como “lição para a vida” a partir da música e do clip? → Escrever um relato de experiência individual (redação) para ser entregue em folha separada à professora.

O valor total do trabalho foi de 10 (dez) pontos no 4º bimestre (1/3 da nota total do bimestre) e os critérios avaliados foram os seguintes: forma de apresentação condizente com o documento e com o tema abordado, criatividade, resposta das perguntas (1 a 3), integração do grupo e participação no trabalho escrito e na apresentação; trabalho escrito e redação individual.

Para o desenvolvimento de todo o trabalho foram necessárias aproximadamente seis aulas: uma primeira para a entrega das orientações individuais de cada grupo com todas as informações necessárias para o pleno desenvolvimento e explicação das diretrizes do trabalho; pesquisa a ser desenvolvida em casa (extra classe) individualmente acerca do tema do

trabalho do grupo; duas aulas para sentarem nos grupos, com atendimento e apoio da professora para responderem às questões e montarem a apresentação do trabalho; e posteriormente mais três aulas para as apresentações dos trabalhos que aconteceram em novembro em homenagem ao Dia da Consciência negra (20/11)<sup>18</sup>. Estas aulas contaram com momentos para questões e problematizações propostas pela própria turma.

Antes de serem feitos os trabalhos, já havia sido discutido em sala de aula o período histórico do Segundo Reinado e o processo de abolição por meio de aulas expositivas e de um texto lido e comentado parágrafo por parágrafo em uma aula dialogada. O texto é de autoria de Leide Alvarenga Turini<sup>19</sup> e foi utilizado por ter linguagem acessível, sintética e objetiva, o que facilitou a explicação do tema para os estudantes. Do texto podemos destacar algumas passagens que contribuíram para, ao longo do segundo semestre de aula, construir com os estudantes o conhecimento acerca da maneira como se deu a abolição da escravidão no Brasil e as consequências tanto da escravidão como do fim desta para a formação do estado nacional brasileiro ao longo do século XIX e quais os resultados disto no Brasil atual.

Para a autora:

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir *legalmente* a escravidão e isto aconteceu com a aprovação da *Lei Áurea* de 13 de maio de 1888. De acordo com a **interpretação oficial**, a abolição teria sido o resultado de uma ação humanitária e heróica da Princesa Isabel, responsável por assinar a lei quando ocupava o governo brasileiro em substituição ao seu pai, D. Pedro II, em 1888.

Entretanto, conforme afirma o historiador Sidney Chalhoub (1989), o 13 de maio como data que simboliza a *concessão* da liberdade aos escravos por um ato humanitário de uma princesa está cada vez mais desmoralizado. Muitos historiadores, na atualidade, constroem outras interpretações menos simplistas que essa, enfatizando as pressões e os interesses envolvidos no processo que culminou na extinção legal da escravidão no Brasil.

Algumas destas interpretações menos simplistas acentuam as **ações dos líderes abolicionistas** no processo de abolição da escravidão. As interpretações que enfatizam o movimento abolicionista se cruzam, por vezes, com outras interpretações que apresentam também os interesses dos cafeicultores do oeste de São Paulo, os quais pressionavam o governo monárquico em defesa da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado; ou ainda as **pressões da Inglaterra** que, desde as primeiras décadas do século XIX, procurava limitar o tráfico de escravos africanos para o Brasil, passando a pressionar o governo brasileiro, após a independência, pela extinção definitiva do trabalho escravo no país. Entretanto, muitas vezes, essas interpretações desconsideram ou colocam em segundo plano as **ações dos próprios trabalhadores escravos** no processo, caracterizando-os como vítimas passivas, incapazes de qualquer ação autônoma (...). (TURINI, 2007, p.1).

---

<sup>18</sup> O dia 20 de novembro é considerado no calendário uma data comemorativa ao Dia da Consciência negra, mesmo dia da morte de Zumbi dos Palmares e nas Escolas Estaduais é previsto no planejamento escolar atividades relacionadas ao tema. Em cumprimento à lei 11.645/2008 também é previsto que o tema deve ser transversal passando todas as disciplinas e todos os conteúdos.

<sup>19</sup> Leide Alvarenga Turini, (2007, p.1).

Após essas discussões acerca do conteúdo, pudemos observar nos trabalhos, nas respostas (sejam elas do grupo – durante as apresentações – ou das redações individuais) que os estudantes conseguiram abstrair bastante das aulas e também fazerem uma leitura crítica da realidade. Em geral os grupos fizeram ótimas apresentações: com participação de todos/as os/as integrantes, sem direcionamento da professora (escolheram sozinhos a maneira como iriam apresentar o tema e explicar para a turma), com o cuidado de abordarem as questões colocadas nas orientações.

De maneira ampla e generalista toda a turma teve resultados quantitativos bons (de 90 a 100% do valor total do trabalho, que era de 10 pontos), no entanto, qualitativamente avaliando os parâmetros são outros. O trabalho escrito que era para ser feito em grupo foi resultado de uma mescla de ações: discutiram conjuntamente, tiveram ideias nos grupos, conversaram com a professora, contaram com orientação, no entanto, por questões de tempo ou de hábito, preferiram montar cada integrante do grupo uma parte do trabalho e agrupá-las para ser entregue. O resultado foi uma sobreposição de ideias, presença da escrita na primeira pessoa do singular (eu) – mesmo sendo um trabalho a ser desenvolvido em grupo - e por isto muitos ficaram desconexos e repetitivos, sobretudo porque a maior parte da turma ainda considera a *wikipedia* a melhor fonte de informações e fazem cópias *ipsis literis* de verbetes, mesmo que não respondessem à questão posta ao grupo. Este é um hábito a ser desconstruído cotidianamente com os/as estudantes.

Estudantes que raramente fazem suas atividades em sala de aula ou que participam das discussões da disciplina, foram os mais envolvidos no trabalho, e não pela nota, mas pela identificação com o tema, o que entendo como um sucesso para um dos objetivos do trabalho: trazer à tona discussões sobre racismo, preconceito enquanto resultados de uma política racial do século XIX que é o período estudado em questão no 8º ano, e como isto marca a formação da identidade nacional brasileira; como podemos perceber essas marcas em situações atuais cotidianas. Inclusive percebendo situações na própria escola e se posicionando contra essas atitudes.

A maior parte dos grupos percebeu que a relação entre o passado e o presente através dos documentos históricos que analisaram é que naquele, os negros eram escravizados e neste, temos o resultado dessa escravização: preconceitos, ataques diretos, segregação, violência (moral ou física). Ou seja, esses problemas atuais são resultado histórico de uma construção social.

Para o aluno Brenno



A partir deste trabalho, sobre a música “Haiti” ou “O Haiti é aqui”, deu para perceber que mesmo após a abolição da escravidão no Brasil e a liberdade através de revoltas de escravos no Haiti, a música traz uma grande crítica social e ao mesmo tempo uma grande lição de vida para as pessoas que lêem a letra e escutam a música: os negros podem estar livres, mas ainda são vistos como escravos, mostrando uma alta taxa de racismo e preconceito por essa raça que são só seres humanos como os brancos e todos os outros. A música mostra que brancos pobres são tratados como negros, dizendo que todos são uma raça escrava e sem voz, sem direito a nada, que deviam ser exilados e continuar a serem escravos. Uma parte da letra me chamou atenção que é a “vá representar uma ameaça à democratização” mostra exatamente a realidade do país que é o Brasil, onde a maioria vence a minoria, onde a maioria são os brancos quase sempre racista e a minoria os negros isolados do governo, sem voz e direito, onde sempre será a mesma coisa se não mudar. A música é exatamente a retratação da bestialização dos negros e a sobreposição de brancos. A letra é reflexiva, onde eu aprendi que a escravidão não acabou totalmente e continua no pensamento das pessoas. [...]

Já nas palavras do grupo que analisou o poema de Castro Alves, o poema Navio Negreiro é uma leitura árdua, porém possibilita aprender sobre a escravidão:

Fala sobre como o mar era bravo e de como era difícil a vida dos escravos nos navios negreiros e como eram tratados os escravos que praticamente viviam uma tortura porque eram maltratados e humilhados, eles eram tirados de sua terra natal e do conforto de sua casa e obrigados a embarcar em um navio negreiro como se fossem um objeto sem valor e assim fala do sofrimento dos negros no poema (Denner).

Ou ainda que:

Antônio Castro Alves retratou a extrema miséria que os escravos passavam, não tinha saneamento básico, higiene adequada, comida adequada, eles comiam os restos que seus donos deixavam eles eram tratados como porcos, não tinham o mesmo valor humanitário do que os brancos, eles eram muito agressivos com os escravos. (Nayfêsson).

Além disto, este grupo também reconhece que racismo é crime. Outros grupos procuraram explicitar e dar mais visibilidade ao tema expondo na escola cartazes chamativos e maquetes representando o passado dos negros no Brasil (senzalas e violência foram os temas mais recorrentes) e o presente: violência policial foi o tema mais representado nas maquetes, reconhecendo uma “continuidade”<sup>20</sup> na temática da violência racial no Brasil.

Ainda sobre as redações individuais, acreditamos ser importante destacar mais alguns escritos, tais como o da aluna Anna Júlia da Silva, para quem

[o documento] não deu lição de vida nenhuma porque apesar de falar do passado, na minha opinião nada fez com que eu achasse que foi uma lição. É um tipo de assunto que é muito interessante sobre o meu trabalho eu achei ótimo muito comum em

---

<sup>20</sup> Trazemos o termo continuidade entre aspas pois afirmar categoricamente que estas situações são análogas ou que a forma de violência racial no país continua inalterada é desprezar o contexto histórico social e as mudanças que ocorreram ao longo dos anos.

outros lugares o assunto da música que é o terrorismo, o preconceito e o racismo. Agora, para as outras do meu grupo elas acharam que deu uma lição de vida sim, pelo simples fato deles [os cantores] não aceitar [*sic*] o racismo e o preconceito.

A fala da estudante cobra mais dos cantores, ela espera mais além da música, da escrita, espera atitudes, ações, medidas mais drásticas com relação ao racismo e ao preconceito existentes no país. Escolhemos a redação da Anna Júlia por ser a única das duas turmas que foi destoante das outras e também por ser a mais crítica com relação ao tema e à análise do documento histórico; enquanto todos os grupos falaram contra o preconceito e destacaram como os documentos históricos os ajudaram a pensar mais e melhor sobre o tema, Anna Júlia foi além: em sua opinião a música é importante, porém ela não é o suficiente.

O grupo 5, responsável pela análise de propagandas racistas do século XIX e de hoje no Brasil, também trouxe contribuições importantes às discussões travadas em sala de aula. Segundo uma das integrantes do grupo,

Hoje em dia não é muito diferente do passado, o preconceito existe da mesma maneira que no passado, mas o alvo principal de racismo são as mulheres hoje. Como a própria atriz disse tem como comunicar a polícia, por isso não é muito alto o preconceito como antes.

Esse grupo em específico foi um dos que apresentou integrantes mais críticos e redações melhor estruturadas, com introdução, contextualização do tema de acordo com as aulas e desenvolvimento, bem como uma consideração final na qual expuseram suas opiniões. Para Thaíssa de Almeida,

Os negros sofrem desde antigamente até atualmente, antes eles sofriam muito e hoje eles ainda sofrem mas se formos pensar todos os brancos, pardos, etc, tem descendentes negros, e mesmo assim mais da metade da população mundial são racistas. [...]. muitos famosos também sofrem com o preconceito como a atriz Taís Araújo, a judoca Rafaela Silva e muitos outros. No Brasil existem diversas pessoas de todos os países até mesmo da África, onde a maior parte da população é negra por esse motivo é um país onde eles sofrem muito. [...]. Na minha opinião se todos pensarem da mesma maneira não haveria preconceito, deveriam pensar que por dentro somos todos iguais, a nossa cor não muda em nada, todos somos descendentes de negros, todos convivemos com eles no dia a dia e devemos respeitá-los pois eles são gente como todos independente da cor.

A aluna Giovanna Vieira, integrante também do grupo 5, apesar de participar pouco das aulas devido sua timidez, é extremamente crítica e sua redação possui uma organização melhor do que seus colegas de classe, revelando seu ponto de vista, o conteúdo e alguns dados conseguidos por meio da pesquisa para o trabalho:

Através dessa pesquisa que realizamos sobre as reportagens racistas no Brasil, pude perceber que apesar de já existirem diversas leis contra o racismo, as pessoas continuam a praticá-lo, como se nada pudesse lhe acontecer, pois essas pessoas racistas pensam que quando cometem esse crime na internet, ninguém o descobrirá, que por trás de celulares e computadores acham que estão seguras, mas não é isso que acontece, hoje em dia a polícia consegue identificar essas pessoas, mas não adianta nada, pois na maioria dos casos a pessoa paga uma fiança e já são liberados, e logo voltam a praticar esse ato de racismo e isso não acontece só no Brasil e sim no mundo inteiro, **acredito que o racismo não nasce com as pessoas e sim é adquirido durante a vida, por exemplo com essas propagandas racistas**, as crianças vêem aquilo e crescem achando que aquilo é certo, acham que todos que são diferentes de si, devem ser rejeitados, atualmente com o grande acesso que temos na internet e a televisão, essas crianças acabam sendo incentivadas a praticar o racismo, e isso permanece na pessoa até o fim de sua vida. É isso que me trouxe uma lição de que devemos sempre prestar atenção no que as crianças estão vendo, e incentivar elas a conviver como que é diferente de si. (destaque meu).

Também destaco o texto da aluna Maryanne Oliveira, do mesmo grupo, que além de uma excelente redação, ao final, termina com um vocativo: “não ao racismo” em letras grandes e destacadas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Fazendo uma avaliação do trabalho desenvolvido e da aproximação com a temática da disciplina do mestrado e das cursadas ao longo da especialização em História e Geografia, pela Faculdade de Educação São Luis, houve a percepção da possibilidade de se utilizar das teorias discutidas na pós-graduação para enriquecer o conteúdo, as explicações e as argumentações com os estudantes da educação básica, sobretudo por se tratar de temas tão delicados, que parecem distante temporalmente, mas que ao mesmo tempo são atuais.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido e de o tema “racismo” ser bastante recorrente na escola, alguns alunos não se consideram negros e isto fica evidente em suas falas. Por outro lado, acreditamos que essa não identificação com a origem é posta em dúvida ao longo das aulas e das discussões. Falar sobre o tema já é suficiente para despertar críticas, análises, indignação das turmas.

Durante as apresentações, foi possível perceber uma diferença de sensibilidade do 8º ano 1 para o 2, no que tange as questões racistas presentes em propagandas brasileiras ou ainda em ataques virtuais diretos. Para o 8º - 2 “não somos obrigados a gostar de uma pessoa somente por ela ser negra”, bandeira levantada por um aluno inicialmente e sustentada por outros colegas. Além disto, defenderam que algumas ofensas na verdade são “brincadeiras”, na linguagem coloquial: “zueira”. Após diversas aulas de discussões, com apresentação de dados, explicitando que no Brasil o racismo é institucionalizado e que ele gera violência, os

alunos perceberam o quão restrita tinha sido a frase deles e o quanto são recorrentes atos de preconceito e racismo em diversos espaços. Foi necessário um episódio com um dos estudantes da sala que sofreu racismo via *facebook* por outro estudante da escola (mas não da mesma turma) para que eles compreendessem o quão tênue é a linha entre o “humor” e o racismo. Foi infeliz o acontecimento, porém serviu como exemplo e os/as estudantes compreenderam e aceitaram imediatamente que não pode haver margem para “piadas” contra negros, pois isto significa tomar partido e se posicionar de maneira conivente com o racismo instaurado e naturalizado na sociedade.

Além desta discussão mais árdua para que eles compreendessem que as “brincadeiras” não podem legitimar ou aprofundar o racismo já existente, o trabalho também possibilitou aos estudantes tecer críticas à situação atual que o país enfrenta afirmando que nosso presente é fruto das relações traçadas desde o século XIX, por exemplo, o que para estudantes de 13 e 14 anos é uma conclusão crítica e bastante atual, com referências e aportes que sustentam tal afirmação.

Finalmente, percebeu-se que os objetivos do trabalho foram alcançados, sobretudo por se tratar de uma possibilidade de fazer um fechamento da disciplina pensando sobre o tema central que perpassou todo o conteúdo do 8º ano relacionado à Brasil: a formação da identidade nacional no século XIX que esteve pautada nas questões raciais, de nação e que geraram consequências até hoje não superadas, tais como o racismo ou a violência estatística contra negros e jovens no país.

O trabalho com fontes históricas foi de fundamental importância para a percepção dos/as estudantes da relação passado presente: o Brasil Império e as relações escravistas e o Brasil atual com uma sociedade racista. Os documentos históricos, analisados como tais, possibilitaram a percepção dos diversos pontos de vista sobre o mesmo assunto, trazendo inúmeras críticas ao Brasil atual, e fazendo referências ao passado – daí a necessidade da História e das aulas anteriores: para se fazer entender os documentos e também para a formação cidadã e crítica da sociedade.

A especialização desenvolvida neste primeiro trimestre, em muito contribuiu para os apontamentos aqui feitos. Primeiramente pela possibilidade da escrita, do relato de experiência, da visibilidade da prática docente em escola pública – sempre tão alvo de inúmeras críticas. Além disto, as aulas trouxeram contribuições acerca da documentação jurídica para as áreas de História e Geografia, bem como abordagens em torno da contextualização histórico-geográfica do Brasil, da formação ética do profissional docente e

também da própria metodologia de construção de um trabalho científico. Em terceiro lugar, a especialização contribui para carreira pessoal profissional na medida em que é parte da formação continuada do docente. Neste sentido, o curso, as discussões somente acrescentam e contribuem para uma formação mais completa, sempre em constante movimentação e aperfeiçoamento e, conseqüentemente, uma prática docente mais ética e preocupada com a formação ampla, cidadã e compromissada dos/as estudantes da Educação Básica da rede pública de ensino na cidade de Uberlândia.

## 5 REFERÊNCIAS

12 ANOS DE ESCRAVIDÃO. Direção: Steve McQueen. EUA: Disney/Buena Vista, 2014. 1 DVD (133 min.), son.,color.

AFRICANOS, MUITO ALÉM DA ESCRAVIDÃO. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 7, nº 78, mar., 2012.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, Castro. **Navio negreiro**. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/CastroAlves/navionegreiro.htm>. Acesso em: 06 dez. 2016.

ATLÂNTICO Negro: na rota dos Orixás. Direção: Victor Leonardi. Belo Horizonte: Videografia, 1998. 1 DVD (54 min).

BANTON, Michael. **Racial Theories**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB n.4/1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** 2011-2020: Projeto de Lei nº 8.035, 2010. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br>> Acesso em 23 mai. 2017.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CLÉMENT, Catherine. **A viagem de Théo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 435-531.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EdUSP), 2007.

FERRER, Ada. Haiti, Free Soil, and Antislavery in the Revolutionary Atlantic. In: **American Historical Review**. 2012, pp. 41-66.

FRANCHINI, A.S.; SEGANFREDO, C. **As melhores histórias da mitologia africana**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2008.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**: Romance da História da filosofia. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

GOMES, Laurentino. *1889*. São Paulo, editora Planeta do Brasil, 2013.

GOULD, Stephen Jay. **Darwin e os Grandes Enigmas da Vida**. Trad. Maria Elizabeth Martinez. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa medida do homem**. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Nota técnica: Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade**. Vol. 15, IPEA, Rio de Janeiro, setembro de 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/150921\\_nt\\_diest\\_14\\_imputabilidade\\_penal.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150921_nt_diest_14_imputabilidade_penal.pdf). Acesso em 06 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **20 de novembro**: dia da consciência negra. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/datas/consiciencianegra/home.html>>. Acesso em: 1 nov. 2011.

ISABEL, UMA PRINCESA DE CARNE E OSSO. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 7, n °80, mai., 2012.

LEITE, Sarah Ayesha. A criatividade na sala de aula: o ensino de história e os recursos da indústria cultural. **Cadernos de história**, Uberlândia, v.7, n.7, p. 69-81, jan. 97/ dez. 98. 1997 – 1998.

MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar R. **Tempo Saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.

NÓS, O POVO. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, Ano 9, nº 100, jan., 2014.

OFFENSTADT, Nicolas. **Les mots de l'historien.** Toulouse, France : Presses Universitaires du Mirail , 2009.

ON LINE EDITORA. **Racismo - A Batalha Histórica Contra O Preconceito: Guia Mundo Em Foco Especial.** São Paulo: On Line Editora, 2017

PAMPLONA, M. A.; DOYLE, D. H. Introdução: Americanizando a conversa sobre o nacionalismo. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE, D. H. **Nacionalismo no novo mundo, a formação de Estados-nação no século XIX.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil – 1826 -1865** (mestrado) USP, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes lações em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX.** Doutorado. Campinas: Unicamp, 2014.

POLIAKOV, Leon. **O mito Ariano.** Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1974.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853).** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil – 1800-1850.** Campinas/SP: Ed. Unicamp/Cecult, 2000.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta curricular de História: ensino fundamental.** *CBC de História.* Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o Príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical.** São Paulo: Cia das Letras, 1991.

TURINI, Leide Alvarenga. **Sujeitos sociais e interesses envolvidos no processo de abolição da escravidão no Brasil - século XIX.** ESEBA/UFU, Uberlândia, 2007. Disponível em:

*ANTUNES, Aline F.; MAHL, Marcelo L.; FÁVERO, Lidiane M.; FERREIRA, Emerson B.*

---

<http://gephiseseba.blogspot.com.br/2009/09/referencia-bibliografica-em-caso-de.html>. Acesso em: 23 mai. 2017.